

# Financiamento e desenvolvimento sustentável

**A**s instituições financeiras internacionais são bancos públicos multilaterais de desenvolvimento que pertencem aos seus Estados membros, entre os quais Portugal. A sua missão oficial é reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável através de empréstimos anuais de cerca de 50 mil milhões de dólares aos países chamados em desenvolvimento e da Europa de Leste. Mas a sua influência ultrapassa os montantes dos seus empréstimos porque estes geralmente atraem co-financiamentos da parte do sector privado que são entre dois a três vezes maiores do que o investimento inicial. Embora a maioria das instituições tenham adoptado políticas de salvaguarda do ambiente para garantir que os seus investimentos promovam a sustentabilidade ambiental e o bem-estar social, a aplicação prática destas políticas é muitas vezes fraca e inadequada.

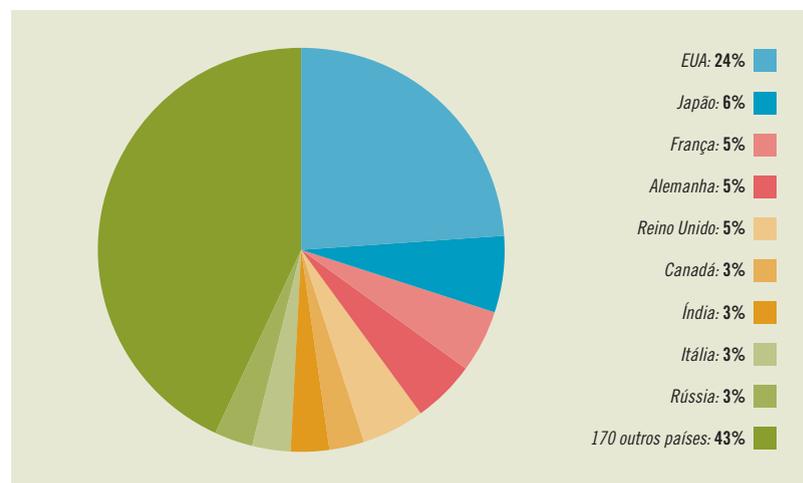
Os representantes principais das instituições financeiras internacionais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, são também dois pilares da arquitectura financeira global desde o seu estabelecimento em 1944 na pequena cidade de Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos Estados Unidos da América. A estes dois pilares,

também conhecidos como as instituições de Bretton Woods, juntam-se vários bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco Asiático, o Banco Inter-Americano e o Banco Africano de Desenvolvimento. De uma maneira geral, estes bancos regionais tentam seguir as linhas políticas – como, por exemplo, em matéria de sustentabilidade ambiental – do banco-mãe, o Grupo Banco Mundial, que continua a ser a instituição multilateral de desenvolvimento mais influente e a primeira a adoptar uma série de políticas de salvaguarda do ambiente e de protecção de populações vulneráveis, como os povos autóctones. Por esta razão, focamos aqui o Grupo Banco Mundial, já que a sua experiência em termos de promoção de desenvolvimento sustentável é relevante para todo o conjunto de instituições financeiras internacionais.

## Governança à espera de reformas

Embora sejam agências especializadas do sistema das Nações Unidas, o Grupo Banco Mundial e o FMI funcionam de uma maneira fundamentalmente diferente. Enquanto na Assembleia-geral das Nações Unidas cada país tem um voto, no Banco Mundial e no FMI o voto dos países é proporcional à sua contribuição financeira para as instituições.

## DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS NA CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL DO GRUPO BANCO MUNDIAL



Fonte: World Bank, 2008.

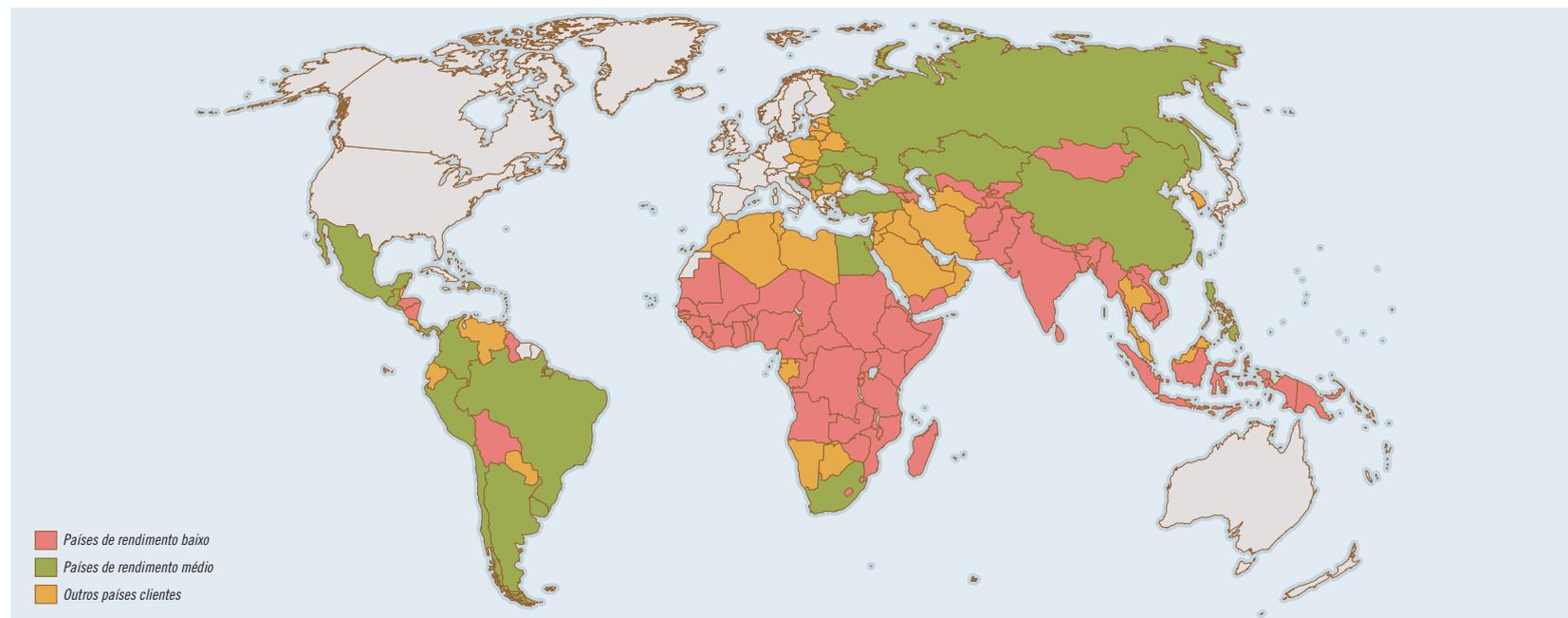
Em consequência, os países mais ricos, como os Estados Unidos da América, o Japão, a Alemanha, a França e o Reino Unido, encontram-se na liderança das instituições financeiras internacionais. Por outro lado, os países mais pobres, cujo desenvolvimento económico e social representa a razão de ser das instituições, só dispõem de influência negligenciável na sua governação. Os chamados países BRIC, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, exigem agora reformas na governação das instituições financeiras internacionais para aumentar a sua influência nas tomadas de decisão. Em reconhecimen-

to das novas realidades na distribuição do poder a nível internacional, um processo de reforma visando um maior peso dos BRIC nas instituições financeiras internacionais foi iniciado, mas prossegue lentamente e até ao presente não resultou em mudanças significativas.

## A crise financeira global e um novo sopro de vida para as instituições

Um breve esboço histórico mostra que o Banco Mundial correu o risco de se tornar irrelevante a nível global por duas vezes

## PAÍSES CLIENTES DO GRUPO BANCO MUNDIAL



Fonte: World Bank, 2008.

## Korinna Horta

desde a sua fundação, um ano antes do fim da 2.ª Guerra Mundial. A primeira vez foi logo de início, quando o Banco Mundial foi encarregado da reconstrução da Europa, em face dos destroços deixados pela guerra, mas foi principalmente o Plano Marshall que financiou esta reconstrução. Só nos anos 60 o Banco Mundial encontrou a sua vocação na promoção do desenvolvimento das economias dos países chamados em desenvolvimento na América Latina, África e Ásia. Enquanto o FMI, a sua instituição-irmã, concede empréstimos em troca de reformas neoliberais de política fiscal e monetária a países com dificuldades nas suas balanças de pagamento, o Grupo Banco Mundial concentra-se no financiamento de grandes infraestruturas, como barragens, oleodutos e indústrias mineiras, baseado na ideia de fomentar o crescimento económico através do aumento de exportações.

O segundo período em que o Banco Mundial enfrentou o risco de perder influência na arena internacional foi já a partir de 2000, antes do início da crise financeira e económica global em 2007. Nesta altura, os países de rendimentos médios (como o Brasil, a China e a Índia) deixaram de necessitar os seus empréstimos e os países vistos como os mais pobres, sobretudo em África, ficaram menos dependentes dos seus financiamentos porque conseguiram obter investimentos da China e de outras economias chamadas emergentes. Tudo mudou com a ameaça do colapso financeiro da economia internacional que começou a fazer-se sentir em 2007 e que deu um novo sopro de vida ao Grupo Banco Mundial. Tanto o FMI como o Grupo Banco Mundial beneficiaram de grandes aumentos de capital em 2009, em virtude de os seus Estados membros considerarem que devem jogar um papel de liderança no apoio aos países chamados em vias de desenvolvimento e aos países da Europa de Leste para superar a crise actual e participar na eventual retoma da economia mundial.

Este novo papel central das instituições financeiras internacionais torna mais necessário um maior escrutínio dos seus impactos no desenvolvimento sustentável. A missão do FMI concentra-se na reforma de políticas

fiscais e monetárias visando o estabelecimento de equilíbrios macroeconómicos. As consequências destas políticas no desenvolvimento sustentável são pouco estudadas e não sujeitas a avaliações de impacto ambiental. Por hipótese, o FMI pode recomendar a desvalorização da moeda de um país com a intenção de tornar as suas exportações mais competitivas no mercado internacional e assim ajudar a equilibrar as suas finanças. No entanto, não considera que estas políticas podem contribuir para o fracasso do desenvolvimento sustentável quando resultam na degradação dos recursos naturais e do bem-estar social. A desvalorização da moeda pode, por exemplo, resultar na desflorestação maciça de florestas tropicais porque torna mais baratas as madeiras exóticas exportadas para os mercados internacionais, gerando mais procura. Os rendimentos destas exportações são temporárias e raras vezes beneficiam as populações. Pelo contrário, estas sofrem quando a floresta e a sua biodiversidade, que representam a sua base de subsistência, desaparecem.

### Políticas positivas mas com aplicação deficiente

Ao contrário do FMI, o Grupo Banco Mundial dispõe de dois conjuntos de políticas ambientais e sociais de salvaguarda para os seus diferentes ramos. Os ramos *International Development Association (IDA)* e *International Bank for Reconstruction and Development (IBRD)*, que, respectivamente, concedem créditos e empréstimos aos governos dos países mais pobres e aos de meio-rendimento, dispõem de dez políticas de salvaguarda que o Banco Mundial considera serem os alicerces do desenvolvimento sustentável.

Os ramos do Grupo Banco Mundial que concedem apoios directos ao sector privado nos países em desenvolvimento são a *International Finance Corporation (IFC)* e a *Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA)* que fornecem empréstimos, investimentos e seguros a empresas privadas, muitas vezes multinacionais.

A *IFC*, cuja missão declarada é fomentar uma globalização inclusiva e sustentável,

### ALGUNS EXEMPLOS DAS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA:

**OP 4.01 Avaliação Ambiental** (exige a consulta de populações afectadas e de organizações não governamentais em todos os projectos com impactos ambientais significativos);

**OP 4.04 Habitats Naturais** (proíbe o financiamento de projectos que degradem habitats considerados importantes);

**OP 4.12 Restabelecimento Involuntário** (assistência às populações restabelecidas involuntariamente para melhorar ou, no mínimo, manter o seu nível de vida);

**OP 4.20 Povos Autóctones** (identificar os impactos negativos sobre estas populações e desenvolver planos de mitigação para os resolver).

dispõe desde 2006 de oito *Performance Standards* (ver caixa) que visam diminuir os riscos ambientais e sociais dos seus investimentos. Estes *Performance Standards* tornaram-se na bandeira de ouro das políticas ambientais globais porque servem de referência para os *Equator Principles*, um conjunto de princípios ambientais e sociais que foi adoptado por um grupo significativo de bancos privados, os chamados *Equator Banks*, que incluem Citigroup, o Grupo Santander e o Grupo BES em Portugal. Sem dúvida, a aplicação rigorosa das políticas de salvaguarda e dos *Performance Standards* poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável nos países chamados em vias de desenvolvimento. Infelizmente, a experiência até à data revela que, na prática, estas políticas são muitas vezes ignoradas ou aplicadas de uma forma inadequada. O *Independent Evaluation Group (IEG)*, que funciona dentro do Grupo Banco Mundial e que tem por tarefa avaliar a eficácia das suas actividades, documentou repetidamente graves falhas da instituição no que diz respeito à aplicação das suas próprias políticas. No seu último relatório sobre sustentabilidade ambiental, o *IEG* recomenda com alguma urgência que o Grupo Banco Mundial aumente a sua atenção no que toca à sustentabilidade

ambiental das suas actividades porque está intrinsicamente ligada à sua missão, *i. e.* ao crescimento económico, à redução da pobreza e ao bem-estar humano. Mas a voz bem-intencionada do *IEG* até hoje não levou às reformas necessárias para assegurar que o desenvolvimento sustentável esteja enraizado na prática do Grupo Banco Mundial – e não só na sua retórica. O problema fundamental consiste na resolução de um problema estrutural: o Grupo Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento funcionam mais como bancos do que como instituições públicas dedicadas ao desenvolvimento. A sua prioridade é conceder grandes empréstimos e as carreiras profissionais dos seus funcionários são determinadas pela rapidez e pelos montantes dos empréstimos concedidos aos seus clientes. Neste contexto, a aplicação rigorosa das políticas que visam o desenvolvimento sustentável é considerada um obstáculo no caminho de um rápido desenrolar do negócio. Só os Estados membros das instituições financeiras internacionais podem mudar esta situação insistindo mais na qualidade do que na quantidade dos investimentos. ■

### IFC PERFORMANCE STANDARDS

- 1) Avaliação Ambiental e Social;
- 2) Condições Laborais e de Trabalho;
- 3) Prevenção e Mitigação de Poluição;
- 4) Saúde e Segurança das Populações;
- 5) Aquisição de terras e Restabelecimento Involuntário;
- 6) Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais;
- 7) Povos Autóctones;
- 8) Herança Cultural.

### Referências bibliográficas

- INTERNATIONAL Finance Corporation (IFC), *Creating Opportunity, 2008 Annual Report*, World Bank Group, Washington, D. C., 2008.
- WORLD Resources Institute, *Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks*, WRI Issue Brief, Washington, D. C., June 2008.
- INDEPENDENT Evaluation Group (IEG), *Environmental Sustainability – An Evaluation of World Bank Group Support*, World Bank, Washington, D. C., 2008.
- WORLD Bank, *Environmental and Social Safeguard Policies*, disponível em <http://web.worldbank.org>
- REVKIN, A. — World Bank Found Lacking on Environment. In *The New York Times*, 23 de Julho de 2008.